

● CÂMERAS DE FISCALIZAÇÃO DENTRO DOS HELICÓPTEROS

'BBB' do caveirão aéreo

Procurador federal quer que ações em aeronaves da polícia no Rio sejam filmadas

● BRUNA FANTTI

O procurador regional do Ministério Público Federal (MPF) Marcelo Freire, coordenador do Grupo de Trabalho (GT) de Defesa da Cidadania, defende que câmeras sejam instaladas dentro dos helicópteros das polícias. "Seria uma forma de garantir a exata fiscalização de operações, para sabermos se disparos estão sendo realizados quando necessários e de forma a não colocar moradores em risco", afirmou. Segundo o procurador, as

queixas sobre disparos feitos de aeronaves policiais, chamadas por ele de 'caveirões aéreos', são constantes no GT, que reúne as defensorias da União e estadual, movimentos sociais, Ministério Público Estadual e MP Militar.

Por conta disso, em junho, Freire redigiu uma nota técnica, solicitando que a investigação de eventuais crimes praticados por policiais em operações a bordo de helicópteros sejam federalizados, ou seja, passem a ser de atribuição de procuradores. Atualmente, a competência jurisdicional pertence ao Mi-

nistério Público do Rio.

"A legislação diz que crimes cometidos em aeronaves devem ser investigados na esfera federal. Não interpreto que a morte tenha que ocorrer dentro da aeronave para isso. Se em um avião, um passageiro agredir um aeroviário, quem vai investigar o caso? A Polícia Federal. Se esse mesmo passageiro abrir a porta do avião em pleno voo, jogar esse aeroviário lá de cima e o funcionário morrer ao cair no solo? A investigação será federal, pois o crime teve início na aeronave", explicou.

É lei em viaturas há 10 anos

● A lógica, para o procurador, pode ser atribuída para investigar possíveis mortes decorrentes de disparos feitos por agentes do estado, do interior de helicópteros. Já o Ministério Público Estadual não concorda. Em julho, ingressou com uma reclamação no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e conseguiu uma liminar suspendendo a federalização das investigações. "Tal

orientação (nota técnica do MPF) representou interferência indevida nas atribuições dos MPs dos estados", disse, em nota. O julgamento final da atribuição será no dia 24 deste mês, em audiência no CNMP.

Em relação às viaturas, o uso de câmeras já é lei há 10 anos no estado, e foi objeto de um TAC (Termo de Ajuste e Conduta) firmado entre o MP do estado e a Polícia Militar, em 2015.



**DR. EDIMILSON MIGOWSKI
É FANTÁSTICO. SÓ QUE
ELE ATENDE TODOS
OS DIAS NA TUPI FM.**

O DR. EDMILSON MIGOWSKI CHEGOU COM O PROGRAMA FIQUE BEM, PARA TE ATUALIZAR SOBRE AS NOVIDADES NA ÁREA DA SAÚDE. O FIQUE BEM VAI AO AR DE SEGUNDA A SEXTA, NOS INTERVALOS DO SHOW DO CLOVIS MONTEIRO, SHOW DO PEDRO AUGUSTO E NO PROGRAMA CRISTIANO SANTOS.

96.5
tupi.fm